## CÂMARA DOS DEPUTADOS



## PROJETO DE LEI N.º

, de 2011

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo as instituições financeiras federais como agentes operadores do Fundo Social.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54. A União, através do CGFFS, contratará instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados. (NR)

Parágrafo Único. As instituições financeiras federais com abrangência regionalizada se limitarão às suas áreas de atuação, enquanto as de caráter nacional deverão desenvolver suas atividades nas regiões onde inexistam instituições financeiras federais de caráter regional. Essas instituições deverão observar o que preceitua o § 5º do art. 58. (NR)

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

# **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **JUSTIFICAÇÃO**

Este Projeto de Lei altera a Lei nº 12.351, de 2010, que estabeleceu o marco regulatório do contrato de partição para a exploração do petróleo do Pré-sal, além da criação do Fundo Social-FS. A alteração proposta objetiva estabelecer, de forma mais clara, os agentes operadores do Fundo Social, bem como as áreas de atuação destes.

Conforme preceitua o art. 47. da referida Lei, o Fundo Social tem como finalidade constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, além de observar critérios das desigualdades regionais (§ 5º do art. 58). As instituições financeiras federais são instrumentos do Governo Federal que podem contribuir com o processo de desenvolvimento social e regional do País a partir da operacionalização do Fundo Social.

Ressalte-se que algumas dessas instituições já desenvolvem e operam políticas e programas do Governo Federal com foco na minimização das desigualdades regionais, a exemplo dos Fundos Constitucionais, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e políticas de microcrédito nas áreas rural e urbana, o que as credenciam a participar da operacionalização do Fundo Social.

A alteração proposta neste Projeto de Lei procura evitar que a atuação destas instituições se dê apenas no campo das possibilidades permitindo que as mesmas venham a ser, efetivamente, agentes operadores do Fundo Social, principalmente aqueles que atuam com foco regional, tendo em vista a finalidade do Fundo.

Sala das Sessões, em de de 2011

Deputado José Guimarães PT/CE